

A DISPUTA EM TORNO DOS ÍCONES E IMAGENS IMPERIAIS DURANTE A PRIMEIRA FASE (726-787) DA ICONOCLASTIA NO IMPÉRIO BIZANTINO

Isabely Gurgel de Castro¹

RESUMO:

Neste presente trabalho, será tratado a respeito da veneração dos Ícones e a presença das Imagens Imperiais como lugares de memória. Assim, será verificado como esses elementos imagéticos foram alvo de disputa durante a Primeira Fase (726-787) da Iconoclastia (726-843) no Império Bizantino. No decurso da Iconoclastia, observa-se dois grupos formados nomeados de iconoclastas (contra os ícones) e iconódulos (a favor dos ícones) que estiveram presentes na disputa imperial em Bizâncio.

Palavras-chave: Iconoclastia, Ícones, Imagens Imperiais, Política, Lugar de Memória

THE DISPUTE OVER ICONS AND IMPERIAL IMAGES DURING THE FIRST PHASE (726-787) OF ICONOCLASM IN THE BYZANTINE EMPIRE

ABSTRACT:

This paper will discuss the veneration of Icons and the presence of Imperial Images as places of memory. It will examine how these imagery elements were the subject of dispute during the First Phase (726-787) of the Iconoclasm (726-843) in the Byzantine Empire. During the Iconoclasm, there were two groups called iconoclasts (against icons) and iconodules (in favor of icons) who were present in the imperial dispute in Byzantium.

KEYWORDS: Iconoclasm, Icons, Imperial Images, Politics, Place of Memory.

¹ Licenciada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Participante do Laboratório Maat. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4853842436459500>. Contato: isabely.gurgel.146@ufrn.edu.br

A Iconoclastia foi um movimento religioso ou político-militar ?

O movimento que iniciou o fim dos ícones durante 89 anos no Império Bizantino (330 d.C. - 1453) foi alvo de diferentes interpretações que acabou consolidando a motivação da Iconoclastia a partir das razões religiosas que permeavam os debates em torno dos ícones e como esses objetos para os bizantinos representavam a manifestação real dos santos e a sua função pedagógica como defendido pelo monge João Damasceno ²(675 - 749). O ícone, no decorrer da Iconoclastia, foi objeto utilizado tanto pelos iconoclastas e iconófilos em virtude de argumentos que auxiliariam a defender ou se posicionar contra a esses elementos simbólicos.

Em função do ícone pertencer a Liturgia da Igreja Bizantina, foi consolidado no imaginário sobre o Iconoclasmo Bizantino que o início do processo tratado aqui foi derivado da exclusão do ícone do cristianismo. Essa preocupação do ícone trazer uma espécie de impureza para o cristianismo, algo que foi levantado pelo historiador Paul Lemerle (1991), já era uma questão advinda de séculos passados, principalmente no século VII. O século VII, período que antecedeu o Processo Iconoclasta, foi um dos piores momentos para a História Bizantina devido aos problemas políticos, militares, espaciais e religiosos surgidos. Com base no entendimento dos conflitos ocorridos durante o século VII, e como esses problemas que perduraram até o século VIII (século que surgiu a Iconoclastia) são dados enfoques para compreender que a Iconoclastia foi além de um processo efetivado somente a partir dos interesses religiosos.

No início do século VII, o Império Bizantino estava em batalhas constantes contra o Império Persa. Até as duas primeiras décadas do século VII, o Império Persa era considerado pelos os próprios bizantinos, o seu principal

²João Damasceno foi um monge dissertou a respeito da validade dos ícones na liturgia ortodoxa. Atualmente considerado santo da Igreja Ortodoxa.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

inimigo. Esse argumento do Império Persa ser o principal inimigo de Bizâncio se deu, pois os persas conquistaram territórios antes pertencentes ao Império Bizantino. Segundo Fernandes (2021), a Antioquia foi conquistada pelos persas em 611. Já Tarso e Damasco passaram a fazer parte do Império Persa no ano de 613, enquanto Jerusalém só integrou o Império Persa em 614. Todo este processo, das conquistas persas durante a Dinastia Heracliana (610 - 711), auxiliou na desmobilização da política bizantina em razão do insucesso de manter territórios que já faziam parte de Bizâncio e das perdas militares. Em meados de 626, comandados pelo Imperador Heráclio (575 - 641), Bizâncio consegue retomar os territórios perdidos e findar as ameaças persas. No entanto, outro Império começou a ameaçar o Império Bizantino.

No século VII, conhecido como Império Árabe-islâmico, nota-se o crescimento exponencial desta sociedade. Inicialmente, advindos da Península Arábica (oeste do Continente Asiático e a leste do Continente Africano) e sendo parte do sudeste do Mar Mediterrâneo, que se observa o surgimento do Império Árabe-islâmico (LANNES, 2013). Neste trabalho, não será tabalhado com a perspectiva que o Império Árabe-islâmico surgiu através do enriquecimento da Cidade de Meca. Esse argumento está entrelaçado com os Trabalhos Orientalistas, sobretudo as pesquisas do século XX, que defendem expansão do Império Árabe-islâmico através de suas perspectivas eurocentradas acerca da História Árabe. Outra questão que deve-se atentar é colocar o Império Árabe-islâmico como o propagador de todos os problemas bizantinos e salientar uma falsa ideia que o Império Árabe-islâmico em suas conquistas ao longo do século VII, fosse derivado de somente em trazer prejuízos para o Império Bizantino. Ou colocar o Império Árabe-islâmico como inimigos do cristianismo na Alta Idade Média (século V - X). Caso, o estudioso analise as conquistas árabes com o viés calcado em concepções ocidentais e transferido seus preceitos para o outro, caíra em uma prerrogativa falsa. Por fim, os dois Impérios, até a queda de Constantinopla em

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

1453, travaram embates em virtude de importantes locais geográficos e comerciais, pois cada sociedade detinha o intuito de avançar significativamente nos âmbitos econômicos, políticos e espaciais.

Com base no ideal dos impérios em avançar e manter suas conquistas, que se situa a expansão do Império Árabe-islâmico e o surgimento dos conflitos com o Império Bizantino. A partir da década de 630, ocorreu a primeira conquista do Império Árabe-islâmico. A primeira conquista foi em 634, com a perda da Palestina antes parte do Império Bizantino. Depois disso, tem-se a perda do território Sírio no ano de 637, o Egito em 641 e a tentativa da conquista de Constantinopla no ano de 673 (FERNANDES, 2021). Assim, Monteiro (2021) defende que a conquista de Constantinopla pelo Império Árabe-islâmico não foi concretizada, por conta das muralhas bizantinas que foram fundamentais para a proteção da capital do Império Romano do Oriente durante os seus mil anos de história. Neste contexto, a conquista do Império Árabe se deu até a década de 660, de acordo com Leslie Brubaker (2012). Todavia, esse processo gerou crises em Bizâncio devido às perdas militares das tropas bizantinas. De certo, no final do século VII e início do século VIII, Bizâncio passou a buscar uma maior estabilidade política e militar. Com perdas iniciadas já nas primeiras décadas do século VII, com as disputas de território com o Império Persa até meados da década de 660, conflitos intensificados com o Império Árabe-islâmico, o Império Bizantino enfrentava outra problemática, a validação dos ícones em Bizâncio.

Após entender, os problemas militares do Império Bizantino no século VII e como esses conflitos atingiram o âmbito político, neste momento, será analisado o contexto religioso do período que está sendo examinado.

Neste trabalho, não será abordado de forma mais efetiva a respeito dos problemas religiosos, já que foi discutido em outras pesquisas realizadas. Contudo, torna-se relevante contextualizar quais eram os debates levantados no decurso do

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

século VII, acerca da veneração dos ícones. Durante toda a História do Cristianismo, os ícones foram alvo de discussão entre os cristãos desde o cristianismo primitivo.

O debate inicial que se seguiu até a Iconoclastia e discussões que perpassa o fim da veneração dos ícones em Bizâncio, estava interligado com a Encarnação de Jesus Cristo (BESANÇON, 1997). Para trazer uma breve análise acerca da Encarnação, está sendo incorporado o processo de encarnação discutido por Aguiar e Kuhn. Neste contexto,

O apóstolo João sintetiza a encarnação de Jesus nas intrigantes palavras: “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1:14). O termo grego traduzido como “habitou” (*skēnoō*) vem da mesma raiz do substantivo “tabernáculo” (*skēnē*), e indica a intenção de João de relacionar a encarnação de Cristo com a construção do tabernáculo, cujo objetivo principal era a “habitação” de Deus no meio do povo. O livro de Hebreus menciona que “Visto, pois, que os filhos têm participação comum de carne e sangue, destes também ele, igualmente, participou, para que, por sua morte, destruísse aquele que tem o poder da morte, a saber, o diabo” (Hb 2:14) (2016, p. 26).

Utilizando dos argumentos de Aguiar e Kuhn (2016), entende-se que o verbo, sendo a coportificação humana de Cristo, esteve presente entre os seres vivos. Jesus Cristo tendo habitado e sentindo as mesmas dores e sentimentos que os seres humanos, possuía seu caráter humano. Ao mesmo tempo, sem separação e nenhuma natureza se sobressaindo, Cristo, conforme o Primeiro Concílio de Nicéia (325), possuía a natureza humana e divina. Assim, aquilo que se compreende por encarnação foi objeto de definição no Concílio de Nicéia I. A definição proposta pelo Concílio de Nicéia I, por diversas vezes, foi alvo de controvérsias no período da Antiguidade Tardia e Idade Média. Essas controvérsias cristológicas são conhecidas como Heresias por distanciar do

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

pensamento formulados durante os Concílios Ecumênicos. Heresias como o Arianismo (século IV), Monofisismo e Nestorianismo, ambas surgidas no século V, foram contra a designação acerca da Encarnação proposta pelo Concílio de Nicéia. Nesta circunstância, o debate sobre a encarnação chegou até os ícones, já que a representação humana de Cristo estava presente nesses elementos simbólicos.

A historiadora britânica Leslie Brubaker (2012) contribui para o presente trabalho, visto que a autora examina que a questão do ícone e a encarnação foi primeiramente debatida no dia a dia dos bizantinos no século VII. Ou seja, Brubaker (2012) contribui para o entendimento que as discussões sobre os ícones foram institucionalizadas posteriormente. Essa institucionalização das lutas em volta do ícone, aqui será nomeado de Iconoclastia. A Iconoclastia, principalmente com o Imperador Iconoclasta Constantino V (718 - 775), possuiu a preocupação de realizar a formulação de uma teologia que desse base para os argumentos iconoclastas (BOY, 2007). Porém, a população em seu cotidiano já detinha sua própria interpretação dos ícones. No final do século VII, no meio das intensas disputas entre as tropas bizantinas e exército árabes-islâmico, os ícones passaram a ser representados pelos contemporâneos bizantinos, a partir da ideia de uma presença real dos santos (BRUBAKER, 2012). Essa manifestação dos santos através dos ícones eram vistas nas batalhas entre o Império Árabe-islâmico e Império Bizantino, no qual os bizantinos levavam os ícones para as batalhas devido essas representações imagéticas simbolizar a presença dos santos e emanar bençãos para os ortodoxos (BRUBAKER, 2012).

O ícone, ao longo do final do século VII e início do século VIII, ganhou demasiada importância para os ortodoxos, por causa da representação real dos santos. Michael Angold (2002) postula que no cristianismo os ícones são um protótipo e a feitura do ícone deve-se à honraria direcionada ao ícone. O próprio João Damasceno nas Três Atas, em que realizava sua defesa em prol dos ícones,

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

traz a importância das imagens santas para os devotos prestarem sua honra aos santos. Outro ponto a ser debatido, está relacionado ao fato que os bizantinos que não pertenciam ao alto clero ortodoxo detinham uma visão distinta daquilo pregado pela Igreja Bizantina. A própria população construiu seu próprio pensamento a respeito do ícone. Essa construção por parte da sociedade bizantina acerca daquilo que o ícone representa foi motivado, sobretudo, pela crise advinda do século VII, iniciado com as batalhas contra o Império Persa e, logo depois, os conflitos com o Império Árabe-islâmico.

Todo esse processo de consolidação de uma narrativa sobre os ícones e as perdas militares acarretaram uma instabilidade política e uma angústia populacional acerca da fragilidade dos vários setores do Império Bizantino.

Após essa contextualização dos âmbitos militares, políticos e religiosos durante o século VII, torna-se válido trazer ao debate que esses problemas não terminaram no início do século VIII. Os insucessos militares de Bizâncio permaneceram no imaginário da sociedade e o medo do retorno das conquistas árabes era algo intrínseco entre os bizantinos. Dentro disso, o problema gerado pelas crises militares em Bizâncio são o grande fator para entender o que a foi iconoclastia e pensar além do aspecto religioso. O historiador Colin Wells (2019) defende que a principal razão para a Iconoclastia foi o campo militar e as possíveis resoluções da instabilidade dos exércitos e perdas, por meio da religião cristã. Adiante, no momento que o primeiro imperador iconoclasta, o isauro Leão III (675

-741) assumiu o poder de Bizâncio, uma de suas principais iniciativas após o fim da veneração dos ícones que aconteceu em 726, foi de assumir uma postura mais eficaz ao combate do exército árabe-islâmico (FREEDBERG, 2021). Destacando que Leão III assumiu o trono bizantino no ano de 717. Quase 10 anos após

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

assumir o trono, com a eliminação da *Chalké*³ que ficava no portão de bronze do palácio imperial (MANGO, 1986), inicia-se a Iconoclastia. Com o começo da Iconoclastia, o o império consegue ter uma estabilidade maior.

Visto toda a problemática militar e política no Império Bizantino, agora, torna-se válido responder a pergunta que norteia esse primeiro tópico. Afinal, a Iconoclastia foi um movimento religioso ou político-militar ? foi dissertado durante o artigo como todos os acontecimentos em Bizâncio influenciaram como a população bizantina via os ícones e a partir de suas inquietações perante as adversidades da política de Bizâncio. Por isso, ao analisar todos os envolvimento militares, enfraquecimento político, perdas de território e uma busca incessante da sociedade bizantina de aquietar suas apreensões com um futuro que poderia parecer com o seu presente. Então, aqui se defende que a Iconoclastia foi motivada por interesses políticos ⁴e militares que acabaram ocasionando em modificações em diferentes áreas de Bizâncio, inclusive, na concepção do ícone para os contemporâneos das crises que envolviam o Império Bizantino.

Essa discussão a respeito da Iconoclastia ser um processo derivado de motivações político-militares foi abordada para compreender melhor a disputa dos ícones e imagens imperiais a partir da premissa do viés político.

A Disputa em volta dos Ícones e Imagens Imperiais

Para iniciar o debate acerca da disputa em torno dos ícones e imagens imperiais, primeiramente, será percorrido a respeito da problemática de examinar a Iconoclastia através da percepção de um período de crise. Antemão, já ocorre a argumentação que a Iconoclastia não deve ser considerada um período de crise. Aqui se defende que a Iconoclastia está pautada em um movimento que detinha

³ Imagem de Jesus Cristo. No lugar da *Chalké* foi colocado uma cruz.

⁴ Esses interesses políticos estão correlacionados também com a perda de território por Bizâncio.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

como prerrogativa solucionar ou amenizar os conflitos que Bizâncio estava inserido desde o século VII e início do século VIII. De certo, a Iconoclastia, não foi uma posição imperial aceita de forma pacífica como se consta no momento que Leão III retirou a *Chalké* de Bizâncio e a revolta da população perante a essa postura do imperador. No entanto, como é explicitado em trabalhos sobre o Iconoclasmo Bizantino, principalmente aqueles do século XX e início do XXI, que o fim da veneração dos ícones estava interligado a uma crise religiosa e os contraditórios governantes iconoclastas, demonstra que foi um período sem avanços e somente mergulhado a uma crise mediante ao fim dos ícones em Bizâncio. A parada temporária ⁵da veneração dos ícones não decretou o fim do avanço do militarismo, dos debates teológicos, estagnação política e artística. Assim, por esse caminho, será abordado aquilo que se compreende por disputa em volta dos ícones e imagens imperiais.

Em primeiro lugar, os ícones, como já mencionado anteriormente, são parte essencial da liturgia cristã, tanto no mundo oriental quanto no cristinianismo ocidental. A ascensão desse elemento simbólico auxiliou na consolidação do cristinianismo e sua permanência. No entanto, os ícones por sua representação evidenciar a presença real dos santos, acabou sendo algo que passou por uma institucionalização como pontua Brubaker (2012). Essa institucionalização por meio do império e das principais instâncias religiosas, foi verificada durante o Iconoclasmo. Como já foi discutido antes, a Iconoclastia não foi derivada de razões religiosas, mas o que se interessa neste trabalho é saber como o ícone foi alocado a um papel de disputa por quase um século da História Bizantina, no momento em que sua veneração foi proibida.

No ano de 726, após a instauração da Iconoclastia, na maioria dos locais que eram colocados os ícones, em seu lugar, cruzeiros foram manufaturadas para

⁵ Válido ressaltar que a Iconoclastia foi dividida em duas fases: a Primeira Fase (726-787) e a Segunda Fase (815-843). Entre 787 e 815, houve a volta dos ícones após o Segundo Concílio de Nicéia.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

substituir essas imagens santas. Pinturas religiosas também que ficavam localizadas mais ao alto nas igrejas, no qual possuía uma dificuldade da população alcançar, não foram retiradas (FREEDBERG, 2017) ou não se tem fontes que discorrem que com uma adesão maior com o passar dos anos da iconoclastia, a eliminação dessas pinturas sacras. Aquelas pinturas que ficavam em posição mais para igual da sociedade foram excluídas das igrejas (FREEDBERG, 2021). Além disso, Constantino V, conhecido como uma espécie de patrono da arte pelos os imperadores ⁶iconoclastas da segunda fase do Iconoclasmo, foi grande construtor de igrejas ⁷e incentivador da fomentação artísticas no império (BRUBAKER, 2012).

Essa contextualização de como a arte foi continuada em Bizâncio, traz o entendimento sobre o ícone fazer parte de uma espécie de disputa entre os iconoclastas e iconófilos relacionado a uma ideia de validação de um ideal para aqueles pautados no ideal de continuar a tradição da igreja em torno dos ícones e os outros que estavam mais preocupados de legitimar o poder imperial a partir de um governo forte que foi o propagador de uma estabilidade em Bizâncio. Deste modo, aqui não se argumenta que os interesses dos iconoclastas ao redor dos ícones eram demasiadamente à custa somente do fator religioso ou de uma eliminação sem precedentes de todas as produções artísticas religiosas. Esse processo pode ser verificado no instante que a Iconoclastia deteve um maior prolongamento dentro de Constantinopla, a capital de Bizâncio, enquanto o interior deteve um menor acesso aos debates a respeito dos acontecimentos que cercavam o império.

Portanto, em primeiro plano, essa disputa entre os iconoclastas e iconófilos ou iconódulos pelo ícone esteve presente no contexto da Iconoclastia, mas acerca do direcionamento de reviver o setor político e militar de Bizâncio. No

⁶ Leão V (813-820), Miguel II (820-829) e Teófilo (829-842).

⁷ Grande parte dessas construções não sobreviveram até a atualidade

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

meio dessas disputas entre iconoclastas e iconófilos, que se tem o aparecimento das imagens imperiais que reverberavam os imperadores iconoclastas. Essas imagens passaram a ocupar áreas do território Bizantino e estiveram presentes nas moedas bizantinas. Uma das poucas fontes imagéticas que tem-se o acesso dessas imagens imperiais no andamento do Iconoclasmo Bizantino são duas moedas. Nas duas moedas, nota-se o rosto de Leão III e Constantino V. No século VII, Jesus Cristo era retratado nas moedas. Em contrapartida, após o advento da Iconoclastia, os imperadores passaram a substituir o retrato de Cristo. Nas duas moedas, Leão III e Constantino V seguram a cruz ortodoxa e um mapa⁸. Em um cenário mais geral, os ícones foram substituídos por cruzes e por retratos dos próprios imperadores vigentes no tempo iconoclasta.

Com base nas trocas dos ícones por cruzes e imagens dos imperadores, nota-se a busca de legitimação imperial e a tentativa de erguer a moral do governo bizantino após décadas e décadas de conflitos ocasionando na desmoralização do império. Em virtude disso, ocorre a ressalva da disputa em volta dos ícones e imagens imperiais a partir do contexto político. Essas imagens imperiais também detinham o fator de fortalecer uma memória arraigada naqueles governantes que restauraram Bizâncio de um maior colapso. Os ícones e imagens imperiais auxiliando na permanência e na propagação de determinada memória relacionada aos iconoclastas ou iconófilos, podem ser examinados como lugares de memória devido ao seu papel de oferecer continuidade memorial. Desta forma, de acordo com Pereira, se define como lugar de memória locais “simbólicos que dariam a sensação de garantir a permanência da memória e da identidade coletiva” (2014, p. 348). A partir do pensamento de Pereira (2014), compreende-se a constituição da identidade coletiva da população bizantina proveniente do cristianismo oriental. Pode-se argumentar que a construção dos ideais e a memória da sociedade de Bizâncio foram influenciadas pelas decisões advindas dos concílios ecumênicos e

⁸ Necessita de mais análises sobre o significado dos imperadores serem representados nas moedas com mapas nas mãos.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

das concepções sobre o cristianismo da população. Essa formação de uma identidade coletiva construída por meio dos lugares de memória que foi postulada por Pereira (2014), pode ser compreendida com a contribuição que o historiador Maurice Halbwachs (1968), fornece para o entendimento da memória coletiva. Halbwachs (1968) explica que a memória ocorre mediante ao contato do indivíduo com o coletivo. Halbwachs (1968) também defende que sem o contato do indivíduo com a sociedade não é possível a formação da memória. Ou seja, a memória se torna um fenômeno resultado do coletivo. Sendo assim, para o contínuo da memória coletiva tem-se a necessidade de mecanismos para a sua efetivação como os objetos (HALBWACHS, 1968). Os objetos do espaço são construídos por intermédio de uma memória constituída coletivamente. Esses objetos são erguidos por comunidades com o intuito dessa memória coletiva reverberar para gerações futuras e permanecer entre aqueles que a constituíram, pois sem elementos que rememorem essa memória, ela pode ser esquecida. Com isso, sociedades edificaram importantes locais que de determinada forma traziam a lembrança associada aos grupos que a formularam. Esses objetos que auxiliam a permanência da memória que nomeia-se de lugares de memória. Esses lugares de memória são cruciais para a continuação da memória coletiva, mas para ter os lugares de memória antes torna-se necessário que uma memória coletiva já esteja articulada. Primeiro a memória coletiva, depois a construção dos lugares de memória para oferecer continuidades a essa memória.

Os ícones e imagens imperiais podem ser vistos como lugares de memória, visto que eram fundamentais para a continuação da memória coletiva. Os ícones e imagens imperiais ajudavam também na preservação da memória dos grupos envolvidos no Iconoclasmo Bizantino.

Dando continuidade, foi visto que Constantino V, implementou novas prerrogativas a respeito da teologia ortodoxa. Um desses pensamentos está relacionado com a ligação da população com o divino através do clero, pois antes

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

com os ícones representando a presença real de Cristo, essa relação era feita sem necessitar de intermédio eclesiástico. Com isso, alocando a veneração do alto para baixo (FREEDBERG, 2021), todas as representações artísticas sacras em Bizâncio ganham um novo significado. Isso reverbera da forma que pode-se analisar essas representações imagéticas sacras como lugares de memória, dado que em razão do contexto e da disputa entre iconoclastas e iconófilos, esses lugares de memória passam a significar aquilo que a política vigente determina. A tentativa de construir uma identidade coletiva a partir do fim da veneração dos ícones fez com que se erguesse as imagens imperiais, novos lugares de memória no Império Bizantino. Essas imagens imperiais ⁹estariam representando a estabilidade política de Bizâncio após a Iconoclastia e trazendo a memória para as gerações futuras que foi o império iconoclasta que retornou a estabilidade no território bizantino que não se via desde o século VII.

Finalizando, torna-se relevante enfatizar que não está ocorrendo a defesa que no decurso da Iconoclastia não houve problemas ou conflitos e sim trazendo um novo olhar para averiguar o fim da veneração dos ícones no Império Bizantino no século VIII. Ademais, a discussão sobre memória coletiva foi evidenciada no estudo, por conta da interpretação da população sobre os ícones. Não está sendo descartada a contribuição do alto clero bizantino para a construção da memória em Bizâncio. Foi mencionado acerca da importância da igreja para a formulação memorial. No entanto, o enfoque neste trabalho está sendo dado como a sociedade bizantina entende o ícone. O ícone como aquele que oferece proteção ao Império Bizantino em razão da presença real dos santos da liturgia ortodoxa. Para mais, o ícone compreendido também como lugar de memória que promove a memória relacionado à crença do cotidiano da população bizantina. O ícone resguardando uma memória coletiva da sociedade.

⁹ Como destaca Besançon (1997), as imagens imperiais passaram a ser honradas em Bizâncio, um dever como argumenta o historiador por parte da população. Antes os ícones que eram alvo de honraria pela sociedade bizantina.

A memória coletiva, segundo Halbwachs (1968), advém do contato entre os indivíduos de uma sociedade. Neste contato entre os bizantinos que se constitui uma memória acerca dos ícones e posteriormente sobre as imagens imperiais. O conceito de memória coletiva elaborado por Maurice Halbwachs está atrelado, sobretudo, ao cotidiano e, por isso, está sendo utilizado no estudo. Mesmo que a Iconoclastia seja um movimento que se dá com a institucionalização dos acontecimentos ocorridos em Bizâncio, não se pode negar a ocorrência do Iconoclasmo Bizantino sem tratar o desenvolvimento das próprias convicções da sociedade bizantina acerca de todos os acontecimentos políticos, militares e até religiosos no império. Esses acontecimentos chegaram nos ícones e influenciaram a constituição das imagens imperiais no lugar das imagens santas.

Considerações finais

O Processo Iconoclasta foi envolvido com distintas discussões que abordavam a questão política, militarismo, religião, economia e espaço. Neste trabalho, foi evidenciado as razões políticas e militares colocadas como as principais causas. Também foi examinado a questão religiosa, principalmente, o tema relacionado à encarnação. Outro assunto discutido brevemente foi a questão espacial após as conquistas do Império Persa e Império Árabe-islâmico. Essas conquistas atingiram a perda dos territórios antes parte de Bizâncio e aumentando a instabilidade política. Neste cenário, os principais temas associados com a Iconoclastia foram a motivação político-militar. Foi dado ênfase (mesmo que seja menor) também para o aspecto religioso no Iconoclasmo Bizantino.

Com a compreensão do passado do século VII e começo do século VIII, torna-se viável o entendimento daquilo que foi chamado de disputa em torno dos ícones e imagens imperiais e como esses elementos simbólicos foram usados para legitimar o poder iconoclasta. O ícone com a sua função sacra no processo da Iconoclastia teve sua substituição por cruz e retratos imperiais. Neste ponto, já se

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

observa que o ícone ganha um papel político, dado que foi alvo de disputa entre iconoclastas e iconófilos devido aquilo que representava e como atingiria o governo bizantino. Por fim, as imagens imperiais ganharam destaque maior em Bizâncio, mas isso não garante que a presença dos retratos dos imperadores tiveram grande impacto para a sociedade bizantina, sobretudo, no que tange ao interior de Bizâncio. A preocupação imperial de dar continuidade memorial por meio dos lugares de memória não se verifica também, principalmente após o Triunfo da Ortodoxia (843), já que grande parte desses lugares de memória relacionados ao império iconoclasta foi destruído. Aqui se analisa a importância da população bizantina a respeito da incorporação das imagens imperiais para o seu dia a dia. Se defende que as imagens imperiais como lugares de memória não tiveram um alcance efetivo durante a Iconoclastia. As imagens imperiais foram colocadas como uma tentativa de consolidação do poder iconoclasta. Contudo, isso foi perdido nos anos posteriores ao Iconoclasmo, muito por causa também da disputa entre iconoclastas e iconófilos e da ênfase de uma memória da população acerca dessas imagens imperiais e ícones.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Adenilton Tavares e KUHN, Wagner. A encarnação de Cristo: mistério e modelo da missão. **Revista Kerygma**, Centro Universitário Adventista de São Paulo

- UNASP, p. 10-26, 2016.

ANGOLD, Michael. **Bizâncio: A ponte da Antiguidade para a Idade Média**. Primeira edição publicada na Inglaterra em 2001 por Weidenfeld & Nicholson. Páginas: 7 - 153, ano de publicação: 2002.

BOY, Renato Viana. **A querela de Iconoclastia: Uma disputa em torno dos ícones no Império Bizantino; 726-843**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. P. 12-153, ano: 2007.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

BESANÇON, Alain. **A imagem proibida: uma história intelectual da Iconoclastia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BRUBAKER, Leslie. **Inventing Byzantine Iconoclasm**. Studies in Early Medieval History, Bristol Classical Press, p. 1-134, 2012.

DAMASCUS, ST John of. In: LOUTH, Andrew. (Translation and Introduction). Three Treatises on the Divine Images. St. John of Damascus. First Edition. New York: **ST Vladimir's Seminary Press**, 2003.

DOC3 / Catalogue of the Byzantine Coins in the Dumbarton Oaks Collection and in the **Whittemore Collection** (vol. III, Leo III to Nicephorus III, 717-1081) (7a, p.245).

FERNANDES, Caroline Coelho. **Teodoro Estudita e a iconofilia: afirmação política e defesa da aristocracia monacal em Bizâncio**. Universidade Federal De Ouro Preto (UFOP), Instituto De Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, p. 12-145, 2021.

First Council of Nicaea – 325 AD. **Papal Encyclicals Online**. Introduction and translation taken from Decrees of the Ecumenical Councils, ed. Norman P. Tanner.

FREEDBERG, David. **Iconoclasia: historia y psicología de la violencia contra las imágenes**. 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sans Soleil Ediciones Argentina, 57 p, 2017.

FREEDBERG, David. **Iconoclasm**. The University of Chicago Press, Chicago and London, p. 1-321, 2021.

HALBWACHS, Maurice. Cap. I. Mémoire collective et mémoire individuelle. Cap. IV. La mémoire collective et l'espace. **La Mémoire Collective**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

LANNES, Suellen Borges. **A Formação do Império Árabe-Islâmico: História e Interpretações**. Tese apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), p. 14-125, 2013.

MANGO, Cyril. **The Art of the Byzantine Empire 312-1453**. Publisher: University of Toronto Press, city: Toronto, Buffalo, London, in association with the Medieval Academy of America, p. 3-267, 1986.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

MONTEIRO, João Gouveia. **História concisa do Império Bizantino: das origens à queda de Constantinopla**. Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 17- 92, 13-Apr-2021.

PEREIRA, Danielle Cristina Mendes. Literatura, lugar de memória. **Soletras Revista**, Suplemento n. 28, pp. 345-355, 2014-.2.

WELLS, Colin. **De Bizâncio para o mundo: a saga de um império milenar**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, p. 37-313, 2019.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade